

ESFORÇO DE GUERRA

NO MOMENTO em que todas as classes se prontificam a participar dos sacrifícios gerais impostos pela guerra, a nação tem o direito de saber, sem reservas, o que lhe vão oferecer, na atual emergência, os homens e as mulheres que estão ao seu serviço, nos quadros da administração. A expectativa, nesse sentido, vem acompanhada da noção muito clara de que os deveres e as responsabilidades dos servidores públicos para com o país em guerra são maiores e mais graves que os deveres e as responsabilidades de cada cidadão ou de cada classe.

Aguardemos, pois, a palavra de ordem sobre o que nos toca na mobilização do esforço geral.

Um dos sintomas mais evidentes de desagregação e fraqueza, antecedentes de derrotas inevitáveis, é fornecido pelo degradante espetáculo de se erigir cada cidadão, nos momentos de perigo para a coletividade a que pertence, em juiz da oportunidade de dar o seu esforço e em medidor do esforço que deve dar. Em todos os países onde a solercia do quinta colunismo conseguiu essa aviltante paisagem, os que se recusaram a prestigiar a mobilização das energias físicas e das consciências, no trabalho preparatório de resistência à avalanche que se aproximava agonizam, hoje, nos campos de concentração ou foram encostados aos muros pelos zelos da Gestapo.

No conflito de trágicas proporções em que estamos envolvidos os que, em qualquer setor, desejarem servir honestamente aos interesses nacionais deverão abolir, preliminarmente, qualquer esperança numa situação de privilégio, se coisa tão inconfessável pudesse medrar entre um povo habituado ao convívio do equilíbrio e do senso de dignidade.

A parte que vai ser desempenhada pelo serviço civil é de incalculável seriedade, pois uma rude prova aguarda o nosso aparelhamento administrativo.

O seu sucesso, como o seu fracasso, e neste último caso toda a conduta da guerra seria afetada, dependem, exclusivamente, da atitude mental que traçar o comportamento dos servidores públicos nos dias que se aproximam.

Esta só pode ser a de conciente acatamento a qualquer sacrifício porventura venha a ser exigido, bastando, para essa aceitação, examinar cada um a posição que ocupa no cenário da mobilização de vontades e energias e se capacite de que, se não é o máximo que pode dar à sua terra dá-lhe, pelo menos, o pouco que ela lhe exigiu.

Dias antes do reconhecimento do estado de beligerância afirmava ao Sr. Presidente da República no seu relatório anual o Dr. Luiz Simões Lopes :

“Nas condições complexas da atualidade, a Administração Pública perdeu um pouco o seu caráter de “aparelho”, “máquina” ou “instrumento”, para afirmar-se pelo conteúdo humano de que se constitui. Como salientou Lord SALISBURY, um dos traços característicos da burocracia moderna é que os servidores civis, deixando de constituir a simples engrenagem de uma máquina, passaram a agir como elementos que pensam. Por isso mesmo, a responsabilidade do Serviço Civil, no momento que passa, cresceu, transfigurou-se, agigantou-se, exigindo de cada servidor o máximo de cooperação e o máximo de esforço, na propulsão da pátria comum para os seus grandes destinos. Essa cooperação e esse esforço tem, antes de tudo, um substrato espiritual que não se traduz no simples movimento muscular, mas se afirma, antes de tudo, no devotamento ao serviço e na dedicação à causa pública”.

O que deve e o que pode a Nação esperar dos servidores públicos, de excepcional, enquanto rugir a tormenta, nada pode ter de comum com a inercia, o comodismo, a atitude mental de desconforto ou de má vontade, cuja significação passa a ter o nome especial de “sabotage”.